

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER N° : 022/2021 - CGM - PE/SRP

INTERESSADOS : Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação do Município de Marituba/PA.

ASSUNTO : PARECER CONCLUSIVO DA ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO

PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES INFANTIS DESTINADAS A ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SAÚDE E

EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 2021/06.24.001 - SEMADS/PMM.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 030/2021 - SEMADS/SESAU/SEMED, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - PA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES INFANTIS DESTINADAS A ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA.

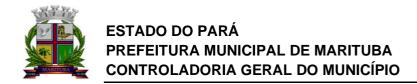
PARECER TÉCNICO - CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA - CGM, foi regulamentada pela Resolução n° 7739-TCM/PA e, têm suas atribuições regulamentadas pela Lei Municipal n°. 300, de 09 de setembro de 2014, e através do Portaria n° 1119/2021-PMM/GAB, de 02 de junho de 2021, foi realizada a nomeação de servidor para o exercício da função de Controlador Interno.

As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

Trata-se da análise do Processo Administrativo nº 2021/06.24.001 - SEMADS/PMM relativo ao processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 030/2021 - SEMADS/SESAU/SEMED, realizado pela Prefeitura Municipal do Município de Marituba, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição





de Fórmulas Alimentares Infantis destinadas a atender as demandas das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde e Educação de Marituba/PA, pelo período de 12 (doze) meses.

Após Termo de Adjudicação, os autos foram encaminhados a esse Controle Interno para manifestação.

É o relatório.

DA ANÁLISE:

1 - DA FASE INTERNA:

Considerando que esta Controladoria já se manifestou a respeito da fase interna através do Parecer n° 003/2021 - CGM - PE/SRP exarado no dia 24 de junho do corrente ano, esta análise será voltada apenas para a fase externa, no caso a realização propriamente dita do certame.

2 - DA FASE EXTERNA:

2.1 - Do Processo Licitatório:

A fase externa inicia-se com a análise restrita a verificar, do ponto de vista jurídico formal, quanto a realização propriamente dita do certame, oriunda do processo na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 030/2021 - SEMADS/SESAU/SEMED, realizado pela Prefeitura Municipal do Município de Marituba, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Fórmulas Alimentares Infantis destinadas a atender as demandas das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde e Educação de Marituba/PA, pelo período de 12 (doze) meses.

O processo licitatório foi instruído, e nele foram juntados:

- ✓ O Edital de Licitação e seus anexos foi assinado digitalmente pelo Pregoeiro Oficial e publicado em plataforma eletrônica de acesso rápido e público, se abstendo de reimprimi-lo para não refletir no consumo exacerbado de energia, papel e tonner/cartucho de impressora, conforme certificado nos autos do processo;
- ✓ Aviso de Licitação e respectivas públicações em órgões oficiais de imprensa, na data de 25 de junho de 2021;
- \checkmark Portaria n° 973/2021, de 12 de abril de 2021, que dispõe sobre a nomeação dos Pregoeiros;
- ✓ Ata de Propostas registradas no sistema eletrônico Portal





ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

de Compras Públicas;

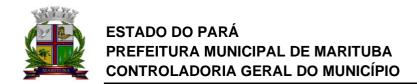
- ✓ Proposta inicial das empresas clasificadas e declaradas vencedoras;
- ✓ Documentos de Habilitação se encontram publicados em plataforma eletrônica de acesso rápido e público (Portal de Compras Públicas), não sendo juntados os seus impressos aos autos para não refletir no consumo exacerbado de energia, papel e suprimentos de impressora, como cartuchos e tonners, conforme certificado nos autos do processo;
- ✓ Ata Final da Sessão Pública;
- ✓ Relatório de Vencedores do Processo com as respectivas Propostas Readequadas (Consolidada);
- ✓ Termo de Adjudicação;
- ✓ Despacho de encaminhamento do processo licitatório a esta Controladoria.

Conforme consta dos autos, participaram da sessão pública realizada às 09h00min no dia 07 de de julho de 2021 as seguintes empresas: APS CASTRO COMÉRCIO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 25.080.014/0001-93; **LAVIE HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n° 37.626.154/0001-01; AHCOR COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 37.556.213/0001-04; A C COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no n° 38.084.429/0001-87; NUTRIXX SUPLEMENTOS CNPJ sob ALIMENTARES EPP, inscrita no sob LTDA CNPJ 12.401.269/0001-69; MEDLAR HOME CARE AID HOME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 38.309.434/0001-40; NASCIMENTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 63.872.493/0001-70; DISTRIBUIDORA HOSPITALAR RAMOS E MENDONÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 27.117.540/0001-06; F CARDOSO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 04.949.905/0001-63; A. R. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGÍSTICA, inscrita no CNPJ sob o n° 32.929.561/0001-66.

No mais, foi **fracassado** o **item 23** por não haver propostas válidas.

Ato continuo, após as fases de classificação de propostas e de habilitação das empresas participantes, foi aberto prazo para intenção de recursos quanto ao resultado do julgamento do certame tendo as empresas licitantes permanecido inertes.





Após a análise das propostas de preços e documentos habilitatórios apresentados pelas empresas particioantes, via sistema eletrônico, as licitantes **DISTRIBUIDORA HOSPITALAR RAMOS E MENDONÇA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 27.117.540/0001-06; **F CARDOSO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 04.949.905/0001-63; **LAVIE HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n° 37.626.154/0001-01 e **NUTRIXX SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 12.401.269/0001-69 foram consideradas **CLASSIFICADAS** e **HABILITADAS** pelos motivos expostos na Ata Final da Sessão Pública, tendo em vista que as propostas readequadas e toda a documentação de habilitação apresentadas estavam em conformidade ás exigências editalícias.

É o breve relatório.

3- DA FUNDAMENTAÇÃO:

O processo foi remetido a esta Controladoria, para análise dos aspectos técnicos, em observância ao artigo 38, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Convém salientar que este parecer técnico, portanto, tem o escopo de assistir à Administração no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase externa da licitação.

Preliminarmente, este parecer restringe-se às especificidades do caso concreto apresentado durante os trâmites licitatórios. Quanto à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, igualmente não convém analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, econômico e/ou discricionários, cuja avaliação não compete a esta Controladoria.

Das Exigências de Habilitação

A Lei n.º 10.520/02 em seu artigo 4º, inciso XIII, determina que a habilitação far-se-á com a verificação de que "o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira". Além disso, exige o edital a prova da regularidade trabalhista, nos termos do artigo 29 da Lei n.º 8.666/93.

Do Procedimento Licitatório





ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

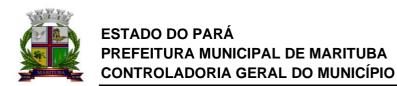
O artigo 4° da Lei n.º 10.520/02, reza acerca da fase externa do pregão. Assim, cumpre-nos consignar, que houve publicação dos avisos de licitação, nos meios oficiais, conforme exposto acima, com data de abertura designada para o dia 07 de julho de 2021 às 09h00min, portanto, em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame, respeitando assim o princípio da publicidade e de acordo com o previsto no art. 20, do Decreto nº 10.024/19.

Ressalta-se também que foi plenamente observado o prazo mínimo para apresentação das propostas e de documentos de habilitação, de 08 (oito) dias, conforme estabelece o art. 25, do Decreto n° 10.024/19.

Analisando os autos, verificou-se que em 07 de julho de 2021, às 09h00min, participaram do certame, as empresas licitantes: APS CASTRO COMÉRCIO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 25.080.014/0001-93; LAVIE HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 37.626.154/0001-01; **AHCOR COMÉRCIO DE PRODUTOS** ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.556.213/0001-04; A C COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no o n° 38.084.429/0001-87; NUTRIXX SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 12.401.269/0001-69; MEDLAR HOME CARE AID HOME SERVIÇOS MÉDICOS **LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 38.309.434/0001-40; **I F S** NASCIMENTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 63.872.493/0001-70; DISTRIBUIDORA HOSPITALAR RAMOS E MENDONÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 27.117.540/0001-06; F CARDOSO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 04.949.905/0001-63; A. R. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGÍSTICA, inscrita no CNPJ sob o n° 32.929.561/0001-66.

Ao final das negociações e análises documentais, foram declaradas vencedoras as empresas **DISTRIBUIDORA HOSPITALAR RAMOS** E MENDONÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 27.117.540/0001-06, do Item 17 no valor global de R\$ 11.200,00 (Onze Mil e Duzentos Reais); F CARDOSO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.949.905/0001-63, do **Item 26** no valor global de **R\$ 12.236,00** (Doze Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais); LAVIE HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 37.626.154/0001-01, dos Itens 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24 e 27 no valor global de R\$ 539.459,00 (Quinhentos e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Nove Reais) e NUTRIXX SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob 12.401.269/0001-69, dos **Itens 1, 3, 8, 11, 12 e 25** no valor global de R\$ 48.698,60 (Quarenta e Oito Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Sessenta Centavos).





Ratifica-se, o devido cumprimento da fase de habilitação das licitantes classificadas e declaradas vencedoras, conforme avaliação do Sr. Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, ao considerarem que as empresas atenderam aos preços estimados da contratação e detêm capacidade técnica. No mais, em relação aos demais documentos obrigatórios, verifica-se também estarem de acordo com a legalidade.

Cumpre consignar que, a finalidade advinda das contratações públicas impõe atos formais, os quais obrigam a manutenção das condições de habilitação dos licitantes durante todas as etapas do procedimento licitatório.

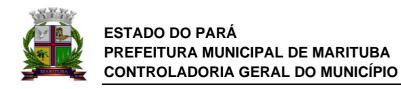
4 - DA CONCLUSÃO:

Registra-se, ainda, que a análise consignada neste parecer técnico se ateve às questões técnicas na instrução do processo licitatório, nos termos do artigo 38, inciso VI da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Não se incluem no âmbito da análise desta Controladoria os elementos técnicos pertinentes à fase preparatória do certame, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Administração.

Desta feita, esta Controladoria conclui que o procedimento licitatório está revestido das formalidades legais, com a devida adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, nos termos do que preceitua o artigo 46 c/c o caput do artigo 17, inciso IX, do Decreto nº 10.024/19, às empresas DISTRIBUIDORA HOSPITALAR RAMOS E MENDONÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 27.117.540/0001-06; F CARDOSO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.949.905/0001-63; LAVIE HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 37.626.154/0001-01 e NUTRIXX SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.401.269/0001-69 no valor global de R\$ 611.593,60 (Seiscentos e Onze Mil, Quinhentos e Noventa e Três Reais e Sessenta Centavos).

Isto posto, ressalta-se que não serão firmados Contratos com as empresas DISTRIBUIDORA HOSPITALAR RAMOS E MENDONÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 27.117.540/0001-06; F CARDOSO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 04.949.905/0001-63; LAVIE HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 37.626.154/0001-01 e NUTRIXX SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 12.401.269/0001-69, conforme informado no Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA quando da criação e publicação do presente processo licitatório no referido mural, assim como houve previsão no item 7 da Minuta a Ata de Registro de Preços de sua execução direta por ocasião da utilização de instrumento substitutivo do contrato administrativo, permitido no artigo 62, caput, da Lei n° 8.666/93,





aplicando-se as disposições gerais previstas do Termo de Referência para o cumprimento de obrigações.

Ante o exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, esta Controladoria não vislumbramos óbice feito, podendo este Órgão promover pela prossequimento do autoridade competente a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico - SRP nº 030/2021 - SEMAD, conforme disposto no artigo 45, parte final, c/c o artigo 13, inciso VI, do Decreto nº 10.024/19, promovendo posteriormente a formalização da Ata de Registro de Preços, observando-se para tanto o prazo da assinatura, visto que tal procedimento deve ocorrer previamente antes da realização do fornecimento licitado, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação dos referidos atos na Imprensa Oficial e Mural dos Jurisdicionados TCM/PA.

Segue os autos para a Coordenadoria de Licitações e Contratos para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Marituba (PA), 15 de julho de 2021.

Adriana L. de Miranda Analista do Controle Interno

> **Glaydson George M. de Miranda** Controlador Interino do Município

